

MINISTÉRIO DA CULTURA

B N P
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

A L D V
ÁREA DE LEITURA PARA DEFICIENTES VISUAIS

PRÉMIO BRANCO RODRIGUES

Súmula de 35 anos

por

Isidro E. Rodrigues

Tendo por base um registo de dados realizado por Filipe P. Oliva

Foi em 1976 comemorado o CINQUETENÁRIO DA MORTE DE JOSÉ CÂNDIDO BRANCO RODRIGUES, *tiflopedagogo que na década de 1880 abraçou a causa dos deficientes visuais portugueses, promovendo aqui, nesta varanda Europeia debruçada sobre o Atlântico, uma verdadeira revolução filantrópica que arrancou à ignorância, ao analfabetismo, os seus concidadãos privados não só da luz física circundante como também da luz interior que é concedida àqueles que tiveram acesso à escolarização, à capacidade de ler e escrever, à cultura, em suma, ao enriquecimento intelectual que conduz à conquista da cidadania, se não em pleno, pelo menos à sua iniciação.*

Para que esta efeméride não passasse imperceptível, sem que ninguém dela se lembrasse, constituiu-se uma Comissão que integrou o Dr. Filipe P. Oliva (Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional de Lisboa), Dr. Isidro E. Rodrigues (Liga de Cegos João de Deus), Dr. Orlando J. Monteiro (Biblioteca Camões da Câmara Municipal de Lisboa), Prof. Vítor M. P. B. Coelho (Associação de Beneficência Luís Braille) e Prof. Mário Jorge G. Estêvão (Instituto de Cegos Branco Rodrigues da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), o qual, no entanto, se desvinculou das suas funções ainda na fase de programação.

Ainda que com escasso suporte financeiro a Comissão, respaldada pelas quatro remanescentes Entidades promotoras destas comemorações, programou e executou um conjunto de eventos, de entre os quais se relevam:

1. A instituição deste Prémio;
2. a atribuição do nome “PROFESSOR BRANCO RODRIGUES” à rua situada na junção da Freguesia das Mercês com a de São Mamede, ligando a Rua Cecílio de Sousa à Rua Monte Olivete;
3. a moldagem em bronze de um busto do homenageado que foi colocado na Biblioteca Camões da Câmara Municipal de Lisboa;
4. Um almoço de confraternização dos ex-alunos do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, com a presença de alguns professores, que se juntaram nas instalações sitas em São João do Estoril, entre a Marginal e o mar, tendo daí resultado uma recolha de donativos que reforçaram o capital do Prémio.

Com estas e outras realizações de menos impacto as memórias deste eminente altruísta que se entregou de alma e coração à causa dos desprotegidos deficientes visuais do seu país *Ficaram mais visíveis, mais dilatadas em dimensão e significado.*

Há agora em Lisboa, uma rua com o seu nome; no nº 5 da Rua Luz Soriano está afixada uma placa evocativa do seu nascimento no 2º andar daquele prédio, e no cemitério dos Prazeres uma inscrição tumular atesta que os seus restos mortais ali jazem. Em Aljustrel, em Alfândega da Sé, na Parede, a sua memória está patente na toponímia. Mas quem foi este nobre filho da Pátria Lusa a quem os deficientes visuais devem o progredir das suas condições de vida, ao reconhecimento de que constituem eles também um segmento populacional que não mais pode manter-se marginalizado?

Se procurarmos a resposta para esta pergunta na «Grande Enciclopédia Luso-Brasileira», ficaremos a saber que se chamava José Cândido Branco Rodrigues, nasceu a 18 de Outubro de 1861 e faleceu a 18 de Outubro de 1926, exactamente no dia em que completou 65 anos. Foi professor e filantropo, fundador e director do Instituto de Cegos de Lisboa e do Jornal dos Cegos, que editou a expensas do Estado. Estudou em Lisboa e Coimbra e dedicou-se ao magistério. Fundou a Escola Profissional para Cegos, que viria a ser o Instituto de Cegos Branco Rodrigues, legado pelo fundador à Misericórdia de Lisboa, legado que esta instituição foi autorizada a aceitar pelo Decreto 12.904 de 16 de Dezembro de 1926; foi também cofundador das Oficinas a que foi dado o seu nome, em Castelo de Vide, e a Escola de Cegos do Porto, que alguns anos depois foi confiada à Misericórdia daquela cidade e passou a ser o Instituto S. Manuel. Visitou diversos estabelecimentos para cegos em vários países da Europa. Escreveu «Cadernos para o Ensino de Leitura e Escrita» nºs 1 a 5.

Mas, que terá motivado este homem, duma família abastada, para eleger como objectivo único de toda a sua vida – arrancar os indivíduos cegos à marginalização em que se encontravam, objectivo esse que o levou mesmo a despender uma parte muito substancial dos seus recursos com o pagamento da maioria das despesas com as viagens de estudo que efectuou e com a manutenção do Instituto de Cegos Branco Rodrigues durante os anos difíceis da Primeira Guerra Mundial?

A «Grande Enciclopédia Luso-Brasileira» não encara esta questão, é claro. Mas há muito que se reconheceu que esta opção está perfeitamente justificada pela conjugação de alguns traços dominantes do carácter e da personalidade de Branco Rodrigues – uma vocação pedagógica marcante, um indelével sentimento de solidariedade social e um inquebrantável poder de determinação – decisivamente estimulados por um acontecimento que o sensibilizou em definitivo – a cegueira temporária que atingiu o avô, por quem Branco Rodrigues sentia uma grande afeição. A emoção vivida pela recuperação da visão do avô deu-lhe a coragem para abraçar a causa dos que não vêem e pôr na luta para atingir o nobre objectivo que se propôs, e que o Estado tardava em assumir, indiferente aos seus empenhados apelos nesse sentido, todas as suas capacidades e aptidões, numa entrega devotada e total que o tornou digno do respeito venerador de todos.

A instituição do Prémio Branco Rodrigues foi, como atrás se regista, um dos pontos do programa das comemorações do cinquentenário da morte do insigne tiflólogo, que tiveram lugar em 1976. Com a instituição deste Prémio pretendeu-se incentivar entre os deficientes visuais o trabalho literário e científico e, com isso, homenagear, por uma forma que procurava manter vivo o espírito do homenageado, a memória de alguém a quem os deficientes visuais portugueses tanto ficaram a dever.

Ainda que de início se desejasse que a atribuição do prémio fosse anual, cedo se assumiu que, devido à exiguidade do capital reunido, essa atribuição seria trienal, constituído pelo rendimento de um capital próprio que começou a ser reunido através de uma subscrição entre os alunos das escolas fundadas por Branco Rodrigues ou que ele ajudou a fundar. E esperava-se que esse capital pudesse ser reforçado, como de facto o tem sido, através de contribuições de entidades com fins culturais.

Em nome do prestígio e da dignidade que se desejavam para o prémio, pretendeu-se entregar a sua administração a uma entidade pública. Mas as dificuldades inesperadamente encontradas, levantadas pela burocracia, foram tantas, que só em 1984 (e depois de se ter chegado a encarar também a possibilidade de a administração do Prémio ser confiada a um consórcio associativo), essa pretensão pôde ser alcançada. Foi meia dúzia de anos de diligências desenvolvidas sucessivamente junto da Fundação Gulbenkian, da Secretaria de Estado da Comunicação Social, do Secretariado Nacional de Reabilitação, da Biblioteca Nacional, das associações de cegos — Associação de Cegos Luís Braille, Associação de Cegos do Norte de Portugal e Liga de Cegos João de Deus —, do Lions Clube Lisboa Mater e uma vez mais do Secretariado Nacional de Reabilitação e da Biblioteca Nacional. Finalmente, graças ao interesse com que o Director da Biblioteca Nacional – Professor Doutor Vitorino Magalhães Godinho – acolheu o assunto desde a primeira hora, esta entidade e os comissários representantes das quatro instituições parceiras na promoção das comemorações outorgaram, em 4 de Junho de 1984, um Protocolo de Colaboração que tem sido até hoje o instrumento legal enquadrador da administração e da atribuição do Prémio. Visando sempre o estatuto de dignidade pretendido, o Protocolo foi homologado pelo Ministro da Cultura, em 27 de Junho, e publicado no Diário da República, 2ª série, nº 294, de 21 de Dezembro de 1984.

Este protocolo foi, em 1996-97, alvo de uma atenção particular, visando uma revisão para actualização e reajustamento à finalidade com que o prémio fora instituído. Todavia essa tentativa não sortiu efeito por não ter havido uma acção consistente da parte da ACAPO que, como sucessora da Liga de Cegos João de Deus e da Associação de Beneficência Luís Braille, avocara o direito à administração do prémio em parceria com a Biblioteca Nacional.

A primeira verba destinada ao capital do prémio, que resultou da subscrição entre os alunos, em que figuraram também três familiares de Branco Rodrigues e um amigo de alguns alunos, foi também a menos expressiva. Foram reunidos 19 contos 320\$00 provenientes de 58 contribuições em que alguns alunos contribuíram mais de uma vez. Foram ainda registadas duas contribuições colectivas: uma – 1437\$00, o saldo da confraternização já referida; a outra – 29.243\$00, o saldo da gestão da Comissão Pró-Cinquentenário da Morte de Branco Rodrigues. Estas 60 contribuições, totalizando 50.000\$00, por ordem decrescente dos seus valores em escudos, podem distribuir-se pelas parcelas seguintes:

Montantes	Contribuintes
29.243 —	1
2.000	— 2
1.437	— 1
1.000	— 3
500	— 14
400	— 1
300	— 4
250	— 1
150	— 5
100	— 20
80	— 1
50	— 4
20	— 2

A esta verba, acrescida dos juros correspondentes a um curto período, juntou-se em 1977 a primeira comparticipação da Fundação Gulbenkian – 45 contos, que permitiu aumentar o capital do Prémio para 100.000\$00. Foi com este capital que a primeira atribuição do prémio, no montante de 10 contos, teve lugar em 1978. A Comissão Pró-Cinquentenário da Morte de Branco Rodrigues empenhou-se especialmente nesta atribuição, embora o Prémio ainda não estivesse regulamentado, porque lhe interessava exhibir uma realidade e não apenas um projecto, na procura da entidade administrante. Devido às atribuições dessa demorada procura, o prémio, já devidamente regulamentado e correspondendo ao período até 1984 ao abrigo de uma disposição transitória do Regulamento, só voltaria a ser atribuído em 1985, no valor de 50 mil escudos com base no capital de 200 contos.

Para valorizar o prémio e o capital, o Regulamento fixou a atribuição trienal e determinou que o prémio fosse constituído pelo rendimento correspondente aos dois primeiros anos de cada triénio, reservando-se o rendimento do terceiro ano para capitalização.

Em 1987 o capital situava-se em 239.244\$00, e o Prémio atribuído foi de 80 contos. Para evitar o efeito da desvalorização causada pela diminuição dos juros, procurou-se reforçar o capital. Em 1989 foi de novo pedida a

colaboração da Fundação Gulbenkian, que contribuiu com mais um subsídio, que nessa altura foi de 221.688\$30. Com esta contribuição o Prémio foi de 90 contos em 1990, tendo o capital subido para 481.210\$10.

Em 1993 o Prémio oferecido atingiu os 150 contos, e o capital pôde passar para 1.100.000\$00. Esta nova valorização ficou a dever-se a uma oferta da ACAPO, em 1991, de 250 contos, e a mais outro apoio da Fundação Gulbenkian, em 1992, desta vez de 150 contos.

Prosseguindo sempre no esforço para valorizar o capital, valorização sempre repercutida no valor do Prémio, naturalmente, foi possível receber em 1995 mais 250 contos de participações: 150 contos da Caixa Geral de Depósitos, 50 do Banco do Fomento Exterior e 50 do Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa. Estas ajudas tornaram possível fixar para 1996 um Prémio de 180 contos, e situar o capital em 1.513.288\$20, em Julho de 1997.

Em 1999 foi o prémio a ser entregue em 2000 fixado em 250 contos, o que, em concomitância com factores de desvalorização, gerou um decréscimo do capital em depósito de tal modo acentuado que o montante a ser fixado para a atribuição do prémio em 2003 apenas rondava os 400 €.

Desde então e até 2003, ano em que, portanto deveria ter lugar a atribuição do prémio correspondente à oitava edição, a situação financeira degradou-se substancialmente e, apesar de através da ACAPO se ter solicitado ao Fundo de Fomento Cultural um contributo monetário que viabilizasse essa atribuição com um quantitativo minimamente honroso, optou-se, devido à falência do pretendido, pela suspensão da abertura de concurso, prolongando-se esta até 2008, ano em que após o ingresso de 5.000 € provenientes de oferta dos Lions de Benfica e 950 € disponibilizados em 2002 pelo Fundo de Fomento Cultural, mas que a ACAPO havia retido em sua posse, a Contabilidade informou, a 4 de Junho de 2008, via Director de Serviços de Colecções e Acesso, que na Caixa Geral de Depósitos / Agência da Rua Do Ouro (com o nib da conta à ordem do Prémio Branco Rodrigues, 0035-0697-00429626632-88), se encontravam 8.146.00 € a prazo que adicionados a 6.118,95 € à ordem, totalizava 14.264,95 €.

Assim sendo, e depois de retirados 1.000 € atribuídos ao premiado da oitava edição, o capital remanescente passou cifrar-se em 13.264,95 €.

Em 2010 foi aberto concurso para a atribuição do prémio na sua nona edição, para o qual se fixou, excepcionalmente, o quantitativo de 1.000 €.

Tendo, portanto, um capital de 13.264,95 €, mesmo que o rendimento deste tenha sido zero, o fundo deveria cifrar-se, após a respectiva extracção de 1.000 €, em 12.264,95 €.

Por as informações emitidas pelo serviço competente não estarem em consonância com esta pressuposta situação, e por à ALDV ter sido cerceada a função de titular da conta, deixando assim de poder acompanhar a evolução do capital depositado, pode presumir-se algum descontrolo, ou pelo menos falta de acompanhamento da evolução dos depósitos bancários, e gera uma situação de incumprimento do plasmado no Artº 2º do Capítulo I do Regulamento do Prémio.

Constatada esta anomalia, é expectável que de futuro a ALDV possa acompanhar passo a passo o evoluir do capital em depósito por forma a, em tempos de manifestas incertezas, propor medidas correctoras ao detectarem-se desvalorizações dos fundos.

4 — Candidaturas e premiados

A primeira atribuição do prémio, que decorreu em 1978 ainda sob a responsabilidade da Comissão Pró-Cinquentenário da Morte de Branco Rodrigues, não exigiu a apresentação das candidaturas. Ficaram automaticamente admitidos os autores dos trabalhos publicados em 1977 nas revistas que então se editavam em braille. Deste procedimento resultaram 4 candidaturas sustentadas em 6 trabalhos. O Júri, composto por Vergílio Ferreira, que presidiu, Augusto Abelaira, José Santana Dionísio, Matilde Rosa Araújo e Orlando Monteiro e constituído em representação da Biblioteca Nacional, do Centro Prof. Albuquerque e Castro, da Comissão das comemorações e da família de Branco Rodrigues, atribuiu o prémio ex aequo a Filipe Oliva por um comentário intitulado «Impressões sobre Um Primeiro Prémio», publicado em PONTO E SOM, e a José António Baptista, por um artigo sob a epígrafe «Albuquerque e Castro e os Cegos Portugueses», que POLIEDRO publicou em vários números.

Em 1985, já ao abrigo do Regulamento, foram recebidas 3 candidaturas que apresentaram 6 trabalhos. O Júri, constituído por convite do Director da Biblioteca Nacional, foi formado por David Mourão Ferreira, presidente, Maria de Lurdes Machado Faria e Maria Eduarda Pereira Dias. Foi de novo premiado José António Baptista, que apresentou um estudo com o título «Pierre Villey e a Educação dos Cegos», publicado em POLIEDRO. Mas o Júri distinguiu ainda com Menções Honrosas os outros candidatos: Agostinho da Silva Costa, por um trabalho que intitulou «Maior contacto com o real, nova possibilidade de socialização: É o desporto importante?»; e Assis Milton Ovídio Rodrigues, autor de um artigo denominado «A imagem que os cegos têm de si próprios». A entrega do prémio, que, de acordo com o Regulamento, terá lugar sempre que possível a 18 de Outubro, dia do nascimento e da morte de Branco Rodrigues, abrangeu também os premiados em 1978, que aceitaram esperar até estar solucionada a questão da administração do Prémio.

Para disputar o Prémio correspondente ao triénio 1985-1987, apresentaram-se 4 candidatos com 6 trabalhos. O Director da Biblioteca Nacional convidou então para constituírem o Júri António Alçada Baptista, presidente, Maria de Lurdes Machado Faria e Natália Pinto. O prémio foi desta vez atribuído a Francisco Alves, por um trabalho com o título «Depoimento dum Professor Cego (o meu itinerário intelectual e vivencial e a alegria de viver), publicado em POLIEDRO e na revista DIÁLOGO.

Para a quarta atribuição, referente ao triénio 1988-1990, foram registados 2 candidatos com 4 trabalhos. O Júri, composto por Artur Anselmo, que presidiu, Orlando Monteiro e Arménio Sequeira, galardoou o trabalho de Vítor Reino

intitulado «A Palavra Cegueira: um pequeno estudo sobre três grupos diferentes», publicado em POLIEDRO.

Em 1994 verificou-se a maior afluência de concorrentes jamais registada. Foram recebidas 6 candidaturas com 13 trabalhos a sustentá-las. O Júri, presidido por Urbano Tavares Rodrigues e integrado também por Ana Maria Bénard da Costa e Maria Teresa Vieira, atribuiu o prémio a Ana Maria Almeida Fontes, pelo texto autobiográfico «Fala a Experiência», publicado em a ESPIGA. O Júri decidiu ainda distinguir com uma Menção Honrosa outro trabalho que se intitula «Cidade Educativa», da autoria de José Manuel Rodrigues Alves.

A atribuição que teve lugar em 1997, a sexta, registou 5 candidaturas com 8 trabalhos. O Júri, formado por Vítor Jabouille (presidente), Maria Adelaide Alves e Francisco Rodrigues de Carvalho, premiou um artigo de António José Mourão, que se intitula «A Integração Social dos Deficientes Visuais», publicado em INTEGRAR.

À sétima edição deste prémio, correspondente ao triénio 1997-1999, candidataram-se seis concursantes, sendo sete o número de trabalhos apresentados, de entre os quais o Júri, constituído por António Rebelo (Presidente), Augusto Deodato Guerreiro e Adalberto Fernandes Pimenta, relevou a monografia **«170 anos depois: Algumas considerações de ordem histórica, sociológica e psicopedagógicas sobre o sistema Braille»**, da autoria de **Vítor Rapoula Reino**.

Em 2000, concluída a realização da sétima edição, com a entrega do respectivo prémio a 18 de Outubro, iniciou-se um interregno devido à exiguidade do capital que o suportava, interregno que veio somente a ser debelado em 2008, ao retomar-se a abertura do Concurso com a oitava edição, graças aos ingressos de 950.000 € provenientes da ACAPO e 5 000 € doados pelo Clube dos Lions de Benfica.

À oitava edição deste Concurso candidataram-se quatro concorrentes que submeteram seis trabalhos à apreciação do Júri, constituído por António Nuno Mira Vaz (Presidente), Augusto Deodato Guerreiro e Adalberto Fernandes Pimenta, que deliberou a favor de Fernando José Abreu Matos, que havia publicado na Revista Poliedro o Artigo «Financiamento das Instituições Tiflológicas no dealbar do Século XXI».

Correspondente ao triénio 2008-2010, precedente das comemorações do CL aniversário do nascimento do insigne tiflopedagogo, desencadearam-se, os procedimentos necessários à nona edição do Prémio, tendo a ele concorrido 5 concursantes que sujeitaram 9 trabalhos à apreciação do Júri, constituído por Inês Pedrosa (Presidente), Luísa Ducla Soares e Francisco Rodrigues Carvalho, o qual decidiu galardoar Isidro E. Rodrigues, autor da monografia **«Os Deficientes Visuais Portugueses: sua acessibilidade à educação e à cultura desde o advento do século XX ao dealbar do terceiro milénio»**, que fora submetida a concurso sob o pseudónimo de Euluso de Nascimento.

5 — Conclusão

Em 35 anos de atribuição o Prémio Branco Rodrigues acolheu 39 candidaturas sustentadas em 65 trabalhos, e o montante dos Prémios atribuídos, incluindo o que foi entregue este ano, totaliza 810.000\$00 +2.000 €. Na galeria dos laureados figuram 10 premiados e 3 detentores de Menções Honrosas.

Ainda que o Regulamento confira ao Júri competência para não atribuir o prémio, se a falta de qualidade dos trabalhos assim o exigir, tal prerrogativa nunca foi accionada, facto que, segundo algumas opiniões não fundamentadas, nem sempre terá contribuído para o prestígio do Prémio. É verdade, diga-se, que tais opiniões valem o que valem; mas também é inegável que ainda ninguém se decidiu a fazer a análise crítica dos textos que têm sustentado as candidaturas. E é pena, porque essa apreciação talvez tivesse contribuído para promover a responsável auto-avaliação de uns quantos aventureiros que, incapazes de analisar com rigor os seus trabalhos a apresentar a concurso, se sujeitam quantas vezes a serem considerados medíocres ou pretensiosos escrevinhadores que apenas aspiram a ver premiados trabalhos seus, mesmo que estes sejam de qualidade inferior ou mesmo dela isentos.

O grau de dignidade e o prestígio que todos almejamos para o prémio Branco Rodrigues, que o mesmo é dizer para os laureados, impõem que candidatos e Júris rodeiem sempre do máximo rigor a escolha dos trabalhos a apresentar a concurso e a definição e aplicação dos critérios de avaliação e classificação.